

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 12/2026

Sistema de Registro de Preços

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, **para Registro de Preços**, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela Lei n.º 14.133/2021, [Instrução Normativa TJRR/SG n. 008, de 08 de janeiro de 2025](#), [Instrução Normativa SEGES n.º 73/2022](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), [Resolução CNJ n.º 468/2022](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0004872-93.2026.8.23.8000.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 24/06/2026

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Código UASG: 925480

1.DO OBJETO

1.1. Formação de registro de preços para eventual contratação de **solução de infraestrutura computacional com armazenamento distribuído por software, incluindo recursos de processamento, memória e virtualização, bem como serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico especializado e garantia de hardware, destinada à modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR) do Tribunal de Justiça de Roraima**, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante de **R\$ 15.542.874,28 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e dois mil oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos)**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não será admitida a participação de empresas :

- a. cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b. suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d. proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e. com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9.º e 14 da Lei nº 14.133/21;
- f. reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g. em processo de falência; e
- h. estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que a **vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.4. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: salc@tjrr.jus.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.1.1. Os quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços na prorrogação serão **renovados**.

4.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

4.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no

sistema eletrônico para ciência dos interessados.

5. DA PROPOSTA

5.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

5.2. A **licitante** deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para o grupo, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.5.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema *compras.gov.br* importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.6. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.7. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

7.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

8.5.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00 (cem reais)**.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. empresas brasileiras;

- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.15. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, via sistema compras.gov.br, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.15.1. De forma a garantir a efetividade da medida, poderá ser realizado contato telefônico, por e-mail ou outro meio legítimo, comunicando aos licitantes do empate e solicitando atenção à convocação via sistema para envio de proposta com preço de desempate.

8.15.2. A menor proposta apresentada, dentre as licitantes, será a vencedora para fins de desempate.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Não será concedido tratamento diferenciado às microempresas e as empresas de pequeno porte, com fundamento no inciso I, § 1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

11.2. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.2.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.3. Deverá constar na proposta:

- a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e

d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

11.4. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.2. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 11.4.1**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta :

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro; e
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital.

11.6. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor valor global para o grupo.

11.7. Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

11.8. Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem **12.2** deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.1.2. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.2. As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

12.2.1. Qualificação Econômico-Financeira

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato; e
- b. Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis

dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.2.2. Qualificação Técnica

a) A qualificação técnica será julgada na forma dos itens **5.1, 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4** do Termo de Referência, **ANEXO I**, do edital.

12.3. O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- c. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis; e
- d. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.4. As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5. O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

12.6. A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

12.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.8. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.9. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

12.9.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.12. Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

12.13. Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.14. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

13. DA AMOSTRA

13.1. Não se exigirá que a **licitante** apresente amostra do objeto licitado.

14. DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação, ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.1.1. O prazo para protocolizar a intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, após os atos de:

- a. julgamento das propostas;
- b. classificação ou Desclassificação; e
- c. ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

14.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.1.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação via sistema ou de divulgação da interposição do recurso.

14.1.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.1.6. Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

14.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.2. Caberá as licitantes, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "compras.gov.br" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

14.3. O recurso será decidido pelo Secretário-Geral (autoridade competente).

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

15.2. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora critério menor preço para o grupo.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

16.2. As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no

edital de licitação do TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções, conforme definido em instrumento convocatório:

- a. multa;
- b. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima; e
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

16.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- e. fraudar a licitação;
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.2. As condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% do valor estimado da licitação.

16.2.3. Nas condutas previstas nas alíneas "a", "b", "c", e "d", quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2.4. Quando a conduta ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

16.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.4. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

16.5. A sanção aplicada definitivamente será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal, conforme o caso.

16.6. As sanções inerentes à execução contratual estão previstas no termo de referência e no contrato anexos desse edital.

17. DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 03 (três) dias corridos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

17.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

17.3. Não será aceita cotação parcial de preços, todas as cotações lançadas serão na totalidade dos itens previstos na licitação.

17.4. As demais disposições sobre o registro de preços estão no texto no **ANEXO V**.

17.5. O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça de Roraima - TJRR.

17.6. Nesse certame não haverá órgãos na condição de participantes.

17.7. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

17.8. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, prorrogáveis na forma da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 25 e art. 26 da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada do instrumento contratual, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar de sua convocação para fornecer o objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.1. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, juntamente o com Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV).

19.2. Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

19.3. Por da retirada de instrumento contratual, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

19.4. Quando a **licitante** convocada não retirar o instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação

19.5. As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Excepcionalmente, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: salc@tjrr.jus.br, desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

20.2. Os documentos remetidos por meio do sistema *compras.gov.br* poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

20.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria de Aquisições, Licitações e Credenciamentos, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.

20.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

20.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

20.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema *compras.gov.br* e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

20.5. O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

20.6. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.8. Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e www.tjrr.jus.br (menu "licitações"), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.

20.9. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21 .

20.10. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.

20.11. A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.14. São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) e Minuta do Contrato (Anexo VI).

20.15. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Elano Loureiro Santos

Subsecretário de Aquisições, Licitações e Credenciamentos

Vicente de Paula Ramos Lemos
Técnico Judiciário

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 39/2026

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL COM ARMAZENAMENTO DISTRIBUÍDO POR SOFTWARE, INCLUINDO RECURSOS DE PROCESSAMENTO, MEMÓRIA E VIRTUALIZAÇÃO, BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO E GARANTIA DE HARDWARE, DESTINADA À MODERNIZAÇÃO DO SITE DE RECUPERAÇÃO DE DESASTRES (SITE DR) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA, VISANDO ASSEGURAR MAIOR DISPONIBILIDADE, CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS INSTITUCIONAIS.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, os quais formam o regime jurídico-administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar em todas as suas ações tais princípios como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativas, quanto para os possíveis impactos que essas ações culminarão.

1.2. A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações, assim todas as vezes que a Administração Pública necessita comprar produtos, ou contratar serviços deve percorrer as fases do Procedimento Licitatório, previsto na Lei 14.133/2021.

1.3. É por meio do procedimento administrativo de licitar, em submissão à regra constitucional, que a administração tem a possibilidade: a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública; b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto a formação de registro de preços para eventual contratação de solução de infraestrutura computacional com armazenamento distribuído por software, incluindo recursos de processamento, memória e virtualização, bem como serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico especializado e garantia de hardware, destinada à modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR) do Tribunal de Justiça de Roraima, visando assegurar maior disponibilidade, continuidade dos serviços e atendimento às demandas institucionais.

2.2.1. A aquisição será realizada na forma de bens (para os itens de hardware) e serviços (para licenciamento, subscrição, suporte e mudança de local dos servidores).

2.2.2. Os serviços estão de acordo com o inciso XI, do art. 6º da Lei 14.133/2021 são atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração. Além disso esses serviços são caracterizados como serviço comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º). E no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, são enquadrados como serviços contínuos serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas (inciso XV, art. 6º). A compra, de acordo com o inciso X, do art. 6º da Lei 14.133/2021, é a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente. Além disso, esses bens são caracterizados como bens comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º).

2.3. Descrição Detalhada do Objeto

2.3.1. O objeto deverá ser executado em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, observando-se os requisitos técnicos e operacionais nele previstos, bem como as especificações técnicas mínimas constantes do **ANEXO I do Termo de Referência – DETALHAMENTO DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS DA SOLUÇÃO.**

2.3.2. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

2.3.2. 1 . Infraestrutura Computacional e Armazenamento: solução de infraestrutura hiperconvergente (HCI). As especificações incluem:

- **Processamento e Memória:** Recursos necessários para sustentar aplicações e serviços de TI.
- **Armazenamento Distribuído:** Solução de armazenamento definida por software (*software-defined storage*).
- **Virtualização:** Integração nativa de recursos para gestão centralizada do ambiente.
- **Tecnologia de Referência:** O Documento de Formalização da Demanda cita especificamente a solução Nutanix.

2.3.2.2. Modernização do Site de Recuperação de Desastres (DR): A necessidade tecnológica central é a atualização do site passivo, que atualmente enfrenta limitações críticas:

- **Substituição de Hardware Legado:** Os equipamentos atuais possuem mais de cinco anos de uso e estão em fim de vida útil (end-of-life).
- **Correção de Falhas:** Superação de problemas recorrentes em discos e falhas de hardware que elevam o risco de indisponibilidade.
- **Garantia e Suporte:** Necessidade de hardware com garantia vigente e suporte técnico especializado, uma vez que o parque atual não possui mais cobertura do fabricante.

2.3.2.3. Continuidade e Proteção de Dados: Para garantir a resiliência do ambiente judiciário, as necessidades incluem:

- **Sincronização entre Sites:** Implementação de contingenciamento entre os clusters do site principal (Ativo) e do secundário (DR).
- **Migração de Dados:** Serviços profissionais para a transição do ambiente legado para a nova plataforma.

2.3.3. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

2.3.3.1. Os servidores hiperconvergentes deverão possuir cobertura de garantia pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento provisório dos equipamentos.

2.3.3.2. A garantia visa a recuperação do hardware ou software (firmware) por parte do fabricante, com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, inclusive, e não se restringindo a substituição total ou parcial de partes, peças, componentes, acessórios ou de todo o equipamento defeituoso, excetuando exclusivamente os casos comprovados de mau uso.

2.3.3.3. O investimento em uma garantia de 60 (sessenta) meses busca a garantia de que o hardware suportará atualizações tecnológicas (firmware e software) durante todo esse período. Portanto, a contratada deve apresentar declaração do fabricante assegurando que o modelo ofertado terá suporte oficial (garantia de peças e correções de segurança) por, no mínimo, 60 (sessenta) meses após a entrega ao TJRR.

2.3.3.4. O período de 60 (sessenta) meses está alinhado com a vida útil e ciclo de substituição dos equipamentos, garantindo a cobertura total dos novos hardwares, evitando o "gap" 24 (vinte e quatro) meses de suporte que ocorreria caso a o período fosse de apenas 36 (trinta e seis) meses.

2.3.3.5. Para os itens de subscrição, o prazo será de 60 (sessenta) meses, pois garante que o direito de atualização de software e o suporte técnico acompanhem o hardware sem a necessidade de novos processos licitatórios intermediários, que gerariam custos administrativos extras.

2.3.3.6. Importante destacar que migrações são processos de alto risco e custo elevado, portanto, estender a garantia por 60 (sessenta) meses maximiza o retorno sobre o investimento (ROI) e adiação a necessidade de novas contratações.

2.3.3.7. Por fim, permite que a equipe técnica do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

mantenha o foco no negócio e em projetos estratégicos, tornando a infraestrutura "invisível" e estável por um período prolongado, em conformidade com as diretrizes de eficiência do CNJ.

2.3.3.8. Os equipamentos ofertados devem estar em linha de produção no momento da apresentação da proposta e serem de primeiro uso (novos), não sendo permitido a entrega de itens descontinuados ou em processo de End-of-Sale ou End-of-Life por parte do fabricante.

2.3.4. Requisitos de Implantação

2.3.4.1. Do planejamento da Implantação

2.3.4.1.1. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento para discutir os processos da instalação.

2.3.4.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Implantação, para avaliação e aprovação da equipe técnica do TJRR. O Plano de Implantação deve conter pelo menos:

- a) Guia passo a passo de como a solução será implementada;
- b) Plano de ação com cronograma das atividades e os responsáveis pelas ações;
- c) Requisitos e estratégias para instalação física dos equipamentos;
- d) Estratégia de integração com o ambiente atual do TJRR;
- e) Estratégia de atualização de software do ambiente atual do TJRR;
- f) Estratégia de migração do ambiente atual do TJRR para a nova solução implantada.

2.3.5. Implantação, instalação e configuração.

2.3.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer e garantir que sejam entregues todos os equipamentos, softwares, componentes, acessórios, trilhos, fibras, cabos de conexão para interligar fisicamente a solução e quaisquer materiais adjacentes para concluir a instalação completa deles.

2.3.5.2. A CONTRATADA deverá assegurar a instalação de todos os softwares e ferramentas que acompanham a solução ofertada.

2.3.5.3. Antes da implementação da solução, a CONTRATADA deverá executar a atualização de todos os softwares e ferramentas hiperconvergentes Nutanix já implantadas no TJRR.

2.3.5.4. Todas as configurações serão realizadas em conformidade com a recomendação do fabricante dos equipamentos e softwares da solução.

2.3.5.5. Todas as configurações deverão utilizar as boas práticas de implementação recomendada pelo fabricante e os requisitos de ambiente fornecidos pelo CONTRATANTE.

2.3.5.6. As atividades de instalação e configuração da solução devem ser realizadas localmente no site da CONTRATANTE, ou de forma a ser acordada entre as partes.

2.3.5.7. As despesas com frete, transporte, seguro e demais custos advindos da entrega dos produtos ocorrerão por conta da CONTRATADA, sem ônus à CONTRATANTE.

2.3.5.8. A CONTRATADA deverá entregar qualquer componente da solução a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, de acordo com os cronogramas do item **2.3.7.1.**

2.3.5.9. Deverá haver demonstração prática de todas as funcionalidades da solução, após a implantação.

2.3.5.10. Após a implantação da nova solução hiperconvergente, a CONTRATADA deverá executar o serviço de mudança de local dos equipamentos atuais do TJRR, com intuito de adicioná-los ao grupo de servidores do datacenter de recuperação de desastres localizado em outro prédio de propriedade do TJRR.

2.3.6. Do As-Built

2.3.6.1. Após a instalação, a CONTRATADA deverá entregar e executar um documento, aprovado pela CONTRATANTE, descrevendo a realização dos serviços de instalação, configuração e migração do ambiente, contendo minimamente os seguintes itens:

- a) Cronograma de todas as atividades realizadas;
- b) Documentação de toda a migração realizada;
- c) Documentação do tipo "As-Built" com diagramas da arquitetura e resultados de todas as configurações executadas durante os procedimentos de instalação da nova solução;
- d) Realização de testes completos visando a garantia da disponibilidade e validação do ambiente como um todo, demonstrando estabilidade nas aplicações existentes, após toda a instalação, configuração e migração;
- e) Configuração inicial conforme recomendação do fabricante;
- f) Configuração em alta disponibilidade e plena redundância.

2.3.7. Requisitos Temporais

2.3.7.1. Do Cronograma de Execução de Serviços

DESCRIÇÃO	INÍCIO	PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO EM DIAS CORRIDOS	RESPONSÁVEL
Reunião de Alinhamento	Após a emissão da Ordem de Fornecimento	10 dias	TJRR/CONTRATADA
Apresentação de Plano de Implantação	Após a Reunião de Alinhamento	10 dias	CONTRATADA
Aprovação do Plano de Implantação	Após a apresentação do Plano de Implantação	10 dias	TJRR
Entrega dos equipamentos	Após a emissão da Ordem de Fornecimento	90 dias	CONTRATADA
Instalação dos equipamentos e implantação da solução, com fornecimento de licenças de uso dos softwares necessários	Após a entrega dos equipamentos	45 dias	CONTRATADA
Recebimento provisório	Após a instalação dos equipamentos e implantação da solução, com fornecimento de licenças de uso dos softwares necessários	10 dias	TJRR
Entrega do As Built	Após a implantação	15 dias	CONTRATADA
Recebimento definitivo	Após a entrega do As Built	30 dias	TJRR

2.3.7.2. Cronograma de mudança de local dos servidores hiperconvergentes

DESCRIÇÃO	INÍCIO	PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM DIAS CORRIDOS	RESPONSÁVEL
-----------	--------	---	-------------

Mudança de local dos servidores hiperconvergentes para o site de recuperação de desastres	Recebimento da Ordem de Serviço	60 dias	CONTRATADA
---	---------------------------------	---------	------------

2.3.7.3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TJRR, com justificativa prévia, solicitação de prorrogação de prazo de entrega.

2.3.7.4. Os serviços de atendimento e de suporte deverão, no acionamento, registrar a demanda, gerar um número de chamado, protocolar a data e hora da solicitação, nome do solicitante e a descrição detalhada da solicitação.

2.3.7.5. O atendimento das ocorrências serão realizados conforme os indicadores descritos abaixo:

a) Indicador 1: quando se verifica:

- i. Equipamento corrompido;
- ii. Uma função crítica do equipamento não está disponível;
- iii. O equipamento se desliga repentinamente, causando demoras excessivas e intermitências para utilização de recursos;
- iv. O equipamento falha repetidamente após tentativas de reinicialização;
- v. Falha crítica de componente do equipamento.

b) Indicador 2: Quando se verifica uma perda de funcionalidade, no entanto, sem interromper os serviços prestados pela CONTRATANTE ou atividades exercidas por ele.

c) Indicador 3: Quando solicitado criação de regras customizáveis nas soluções que não dependem de tal ação para a devida operação da CONTRATANTE ou atividades exercidas por ela.

d) Indicador 4: Quando se verifica como necessária a prestação de informações, aperfeiçoamentos ou esclarecimentos sobre documentação ou funcionalidades, porém sem prejudicar diretamente a devida prestação dos serviços pela CONTRATANTE ou a realização de atividades exercidas por ela.

2.3.7.6. O indicador será atribuído pela CONTRATANTE no momento de abertura do chamado, devendo ser considerados os seguintes prazos para os chamados de suporte técnico para ocorrências de hardware e software:

INDICADORES	TEMPO PARA SOLUÇÃO
1	2 dias úteis
2	3 dias úteis
3	5 dias úteis
4	10 dias úteis

2.3.7.7. Considerando que as soluções das ocorrências de software, pela sua natureza, podem envolver atividades relacionadas ao desenvolvimento de patches específicos, admite-se, para todos os casos, a adoção de solução de contorno (workaround), até que seja implementada a solução definitiva.

2.3.7.8. Considerando a solução de ocorrências de hardware, caso se esgote o prazo de 30 dias sem que seja sanado o defeito reclamado, fica facultado ao TJRR a substituição total do equipamento defeituoso, em caráter definitivo dentro do prazo máximo de 5 dias úteis. Após a substituição, a CONTRATADA deverá entregar um documento onde constem as descrições e os números de série dos módulos ou equipamentos defeituosos e de substituição.

2.3.8. Requisitos de Segurança da Informação

2.3.8.1. Os serviços contratados deverão observar, no que couber, os dispositivos legais e

normativos aplicáveis à segurança da informação e à proteção de dados, incluindo:

- a. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- b. Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet;
- c. Política de Segurança da Informação do TJRR;
- d. Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), instituída pela Resolução CNJ nº 396/2021.

2.3.8.2. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de gestão da segurança da informação, implementando controles reconhecidos internacionalmente para proteção de dados, gestão de riscos e melhoria contínua da segurança da informação, baseando-se em normas e padrões reconhecidos internacionalmente, tais como ISO/IEC 27001 e demais correlatos ou equivalentes. A comprovação de certificação ISO/IEC 27001 ou similar, válida e emitida por organismo acreditado, deverá ser apresentada na assinatura do contrato e mantida vigente durante toda a sua vigência, estando disponível para verificação e auditoria mediante solicitação do TJRR. Tal certificação constitui evidência da existência de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) estruturado e aderente às melhores práticas de cibersegurança.

2.3.8.3. Não será permitida à CONTRATADA a divulgação sem prévia autorização de informações confidenciais pertencentes ou custodiadas pelo TJRR às quais tiver acesso em decorrência da prestação do objeto, devendo a Contratada assinar o **TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/TJRR (ANEXO II do Termo de Referência)** e garantir o seu cumprimento em conformidade às disposições nele presentes.

2.3.8.4. A instalação e configuração dos equipamentos servidores deverão seguir as normas e políticas de segurança da informação em vigor no TJRR.

2.3.8.5. As informações a que a CONTRATADA terá acesso deverão ser utilizadas somente nos processos envolvidos para execução do objeto contratado.

2.3.8.6. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao TJRR qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

2.3.8.7. A solução deverá proporcionar a disponibilidade, a integridade e a segurança de todas as informações do TJRR por ela gerenciadas e armazenadas.

2.3.9. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

2.3.9.1. Durante os atendimentos presenciais nas dependências do CONTRATANTE, os profissionais da CONTRATADA deverão apresentar-se vestidos de forma compatível com o ambiente institucional, portando identificação funcional, e, sempre que aplicável, utilizar equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, em conformidade com as normas de segurança vigentes.

2.3.9.2. A conduta dos profissionais da CONTRATADA deverá pautar-se pela urbanidade, cortesia e respeito, assegurando relacionamento interpessoal adequado com servidores, colaboradores e representantes da CONTRATANTE, em qualquer posição hierárquica.

2.3.9.3. Todos os serviços deverão observar os princípios da não discriminação e do respeito à diversidade cultural, garantindo ambiente profissional adequado, em conformidade com os princípios éticos e institucionais aplicáveis.

2.3.9.4. Não será estabelecido vínculo empregatício ou responsabilidade de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, permanecendo sob responsabilidade exclusiva desta todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e afins.

2.3.9.5. A CONTRATADA deverá instruir sua equipe profissional quanto às práticas de racionalização de recursos e adoção de condutas ambientalmente responsáveis, incluindo orientação sobre descarte adequado de resíduos tecnológicos e utilização eficiente de energia em todas as atividades executadas no âmbito contratual.

2.3.9.6. As configurações de hardware e software deverão ser implementadas de forma a assegurar elevado desempenho operacional, com utilização eficiente dos recursos energéticos, prevenindo desperdícios e evitando a sobrecarga de equipamentos, dispositivos elétricos ou eletrônicos.

2.3.9.7. Os serviços prestados e os bens eventualmente disponibilizados pela CONTRATADA deverão observar práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com as diretrizes adotadas pelo CONTRATANTE, incluindo, no que couber, as disposições da Resolução CNJ nº 400/2021 e do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça de Roraima (PLS/TJRR), instituído pela Portaria TJRR/PR nº 556, de 27 de fevereiro de 2025 – ciclo 2021–2026, 2ª versão, que alterou a Portaria nº 685, de 27 de abril de 2023.

2.3.9.8. Quando houver disponibilização de equipamentos ou componentes físicos, estes deverão estar em conformidade com certificações internacionais de sustentabilidade e segurança ambiental, tais como REACH, WEEE e RoHS, ou similares, garantindo a ausência e/ou limitação da concentração de substâncias químicas perigosas ao longo de sua produção e uso, e que facilitem desmontagem, reciclagem e reutilização ao final de sua vida útil, de forma a reduzir riscos à saúde, ao meio ambiente e ao desperdício de recursos.

2.3.9.9. O atendimento ao usuário e as comunicações relacionadas à execução contratual deverão ser realizados integralmente em idioma português (Brasil). A documentação técnica, manuais, softwares e termos de uso deverão estar preferencialmente disponíveis no mesmo idioma, admitindo-se, excepcionalmente, sua disponibilização em Inglês, desde que se trate de material oficial do fabricante.

2.3.9.10. Toda a documentação técnica, manuais, relatórios, materiais de referência e elementos de software relacionados à solução deverão ser entregues em formato digital, de modo a minimizar o uso de papel, impressão e mídias físicas, com vistas à promoção de práticas mais sustentáveis e à redução de impactos ambientais, salvo quando o CONTRATANTE solicitar formalmente a entrega em outro formato.

2.3.10. Requisitos de Sustentabilidade

2.3.10.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas especificações do objeto, tendo em vista a atuação institucional do Tribunal na promoção de políticas de responsabilidade social e ambiental, e em observância à Instrução Normativa TJRR/SG nº 01, de 12 de fevereiro de 2026, à Resolução CNJ nº 400/2021 e à Lei nº 14.133/2021, a presente contratação incorpora critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, devendo a CONTRATADA atender, no que couber, aos seguintes requisitos:

- a. Preferência por materiais que apresentem menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- c. Priorizar a comunicação por meios eletrônicos, evitando o uso de documentos impressos;
- d. Utilização, preferencialmente, por embalagens recicladas ou recicláveis;
- e. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- f. Proporcionar maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- g. Fornecer produtos cuja fabricante nacional ou importadora esteja regularmente inscrita no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (art. 17, inciso II, da Lei n. 6.938/1981), na qual a atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa n. 13/2021 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- h. Observância dos requisitos ambientais aplicáveis para a certificação do INMETRO como produto sustentável ou de menor impacto ambiental;
- i. Observância das Normas Brasileiras (NBR) aplicáveis à gestão de resíduos sólidos,

incluindo, quando aplicável, a ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, relativas a materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis; e

- j. Responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos, incluindo embalagens, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto nº 10.936/2022, assegurando a implementação de mecanismos de logística reversa.

2.3.11. Requisitos Legais

2.3.11.1. A contratação do objeto descrito neste instrumento tem amparo legal nos seguintes dispositivos legais:

- a. Conformidade à Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas.
- b. Conformidade à Resolução CNJ nº 468/2022 – Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.
- c. Conformidade à Instrução Normativa TJRR nº 4, de 27/02/2023 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
- d. Conformidade à Instrução Normativa TJRR nº 5, de 22/09/2023 – Dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
- e. Conformidade à Resolução TJRR nº 06, de 02 de março de 2016 – Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
- f. Conformidade à Resolução CNJ nº 370, de 28 de janeiro de 2021 – Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
- g. Conformidade à Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021 – Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), bem como à Portaria CNJ nº 162, de 10 de junho de 2021, que aprova os Protocolos e Manuais criados pela referida resolução.
- h. Conformidade à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- i. Conformidade à Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- j. Devem ser observadas demais legislações e normativas aplicáveis.

2.3.12. Requisitos de Qualidade

2.3.12.1. A CONTRATADA será responsável pela qualidade dos serviços prestados.

2.3.12.2. A CONTRATADA deverá entregar serviços profissionais executados diretamente pelos fabricantes ou empregar técnicos certificados por eles para a execução dos serviços.

2.3.12.3. A CONTRATADA deverá fornecer a última versão disponível das licenças de uso dos softwares ofertados, observando as características, condições, quantidade e especificações constantes do estudo.

2.3.12.4. Em caso de substituição definitiva de hardware, o equipamento deverá ser novo e original, recomendado pelo fabricante, com configuração igual ou superior ao equipamento substituído.

2.3.12.5. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, quando da execução demandadas pela CONTRATANTE.

2.4. Da Relação entre a Demanda Prevista e a Quantidade de Bens e/ou Serviços a serem

Contratados

2.4.1. Os componentes constantes da tabela a seguir integram o objeto da presente contratação, tendo seus quantitativos sido definidos com base na demanda institucional estimada, observados os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

2.4.1.1. Os quantitativos indicados correspondem à estimativa máxima de consumo durante o período considerado para cada item, tendo sido dimensionados com base na projeção de necessidades institucionais e na possibilidade de variações operacionais ao longo da vigência da ata.

Item	Descrição	Unidade	QTD
1	Servidores Hiperconvergentes - Plataforma de Nuvem Privada	Unid.	6
2	Servidores Hiperconvergentes para Inteligência Artificial - Plataforma de Nuvem Privada	Unid.	2
3	Software de Infraestrutura de Hiperconvergência - Licenciamento da Plataforma de Nuvem Privada	Licença (Núcleo)	208
4	Licenciamento de Gestão Avançada para Plataforma de Nuvem Privada	Licença (Núcleo)	208
5	Serviço de manutenção e suporte técnico por cada servidor de Plataforma de Nuvem Privada	Meses	480
6	Mudança de Local dos Servidores Hiperconvergentes para o site de Recuperação de Desastre	Unidade	4

Para os itens 3 e 4	Cores UNT	QTD SERVIDORES	Total de Cores
Servidores Hiperconvergentes - Plataforma de Nuvem Privada	24	6	144
Servidores Hiperconvergentes para Inteligência Artificial - Plataforma de Nuvem Privada	32	2	64
TOTAL DE NÚCLEOS DE PROCESSADOR FÍSICO (CORES)			208

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justificativa

3.1.1. A infraestrutura tecnológica que sustenta as aplicações e serviços de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima é baseada em solução de infraestrutura hiperconvergente, que integra recursos de processamento, armazenamento e virtualização, permitindo gestão centralizada e escalabilidade do ambiente.

3.1.2. Em 2023, foram elaborados Estudos Técnicos Preliminares que identificaram que os equipamentos então utilizados pelo TJRR já possuíam mais de cinco anos de uso e estavam em processo de descontinuidade pelo fabricante (*end-of-life*), com riscos associados à manutenção e atualização da infraestrutura.

3.1.3. Em 2024, o Tribunal promoveu a modernização parcial do ambiente tecnológico por meio do Contrato Administrativo nº 77/2024, com a aquisição de novos servidores hiperconvergentes e licenciamento de software, possibilitando a substituição dos equipamentos do Site Ativo. Os equipamentos legados foram transferidos para o Site Passivo, juntamente com o ambiente de testes e homologação.

3.1.4. Atualmente, a infraestrutura do Site Passivo apresenta falhas recorrentes de hardware, como problemas em discos, além de não possuir mais garantia ou suporte do fabricante, o que eleva os riscos de indisponibilidade dos serviços de TI.

3.1.5. Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de nova solução de infraestrutura computacional para modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR), de forma a assegurar a continuidade dos serviços institucionais em situações de falha ou indisponibilidade do ambiente principal.

3.1.6. A iniciativa está alinhada às boas práticas de governança de TIC e continuidade de negócios, bem como às diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 370/2021.

3.2. Alinhamento Estratégico

3.2.1. A contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, período de 2021-2026, Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2025-2027 e Plano Anual de Contratações 2026, à saber:

Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026	
Perspectiva:	Orçamento e Tecnologia
Alinhamento:	Macrodesafio 12 do CNJ: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Objetivo estratégico:	OE9. Assegurar a transformação digital e a segurança da informação
Diretrizes:	Aprimorar as funcionalidades dos sistemas; Aprimorar a segurança da informação; Manter e evoluir a infraestrutura de TI.
Indicador:	IE 9.4. Índice de disponibilidade do poder computacional
Fórmula de cálculo:	Média de consumo de recursos nos períodos de pico no período de aferição
Metas:	2026: 95%
Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2025-2027	
Iniciativas:	Aquisição de um novo Cluster Hiperconvergente para montagem de um novo ambiente de replicação - Site DR
Plano Anual de Contratações - PAC 2026	
Item:	96
Descrição:	Aquisição de solução de infraestrutura hiperconvergente Nutanix, com armazenamento distribuído por software, incluindo serviços de implantação e migração de dados (Para o datacenter de backup - site DR)

3.3. Objetivos

3.3.1. A contratação da solução visa alcançar os seguintes resultados:

- Assegurar a continuidade ininterrupta dos serviços de TIC;
- Prover alta performance e escalabilidade para suportar aplicações e sistemas do Judiciário;
- Garantir infraestrutura apta a suportar novas demandas, projetos e sistemas que requerem recursos computacionais;
- Implementar contingenciamento entre os clusters dos sites principal e secundário para assegurar a continuidade dos negócios em situações de desastre;
- Modernizar o parque tecnológico, otimizando recursos e reduzindo custos operacionais.

3.4. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

3.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Formalização de Demanda (DFD), encaminhado pela Subsecretaria de Cibersegurança, e o Estudo Técnico Preliminar, ambos constantes no Processo nº 0004872-93.2026.8.23.8000.

3.5. Análise de Mercado de TIC

3.5.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos nos Estudo Técnico Preliminar, visualizou-se no mercado de TIC as alternativas de solução:

- Solução 1 - Manutenção e Expansão da Solução Atual (Nutanix AHV)

- b. Solução 2 - Migração para Concorrentes Líderes (VMware vSAN / Dell VxRail)
- c. Solução 3 - Soluções "Disruptivas" ou Open Source (Proxmox / Microsoft Azure Stack HCI)

3.5.2. Conforme os Estudos Técnicos Preliminares, constatou-se que a Solução 1 permanece como a única tecnicamente viável por garantir a continuidade do negócio sem os custos proibitivos de uma troca de plataforma (Rip and Replace). Diante do exposto, a manutenção e expansão da infraestrutura Nutanix AHV (Solução 1) apresenta-se como a única alternativa técnica e economicamente viável para o cenário atual. Esta escolha se justifica pela preservação dos investimentos já realizados em hardware e pela eliminação dos riscos críticos de migração inerentes às Soluções 2 e 3, que demandariam aportes elevados em novos licenciamentos, substituição precoce de ativos e longas curvas de aprendizado da equipe técnica. Ao optar pela continuidade, o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima garante a estabilidade do ambiente de missão crítica, mantém a previsibilidade orçamentária e evita a complexidade operacional de uma transição de plataforma que não ofereceria, no curto prazo, um retorno sobre o investimento superior à solução já consolidada.

3.6. Benefícios

3.6.1. A escolha da solução visa alcançar os seguintes benefícios diretos:

- a. Preservação de Capital (CAPEX): Diferente das outras opções, não há necessidade de descarte do hardware atual. O investimento é focado em licenciamento e garantia, evitando a compra redundante de novos servidores.
- b. Continuidade Operacional (Zero *Downtime*): Como não há troca de hipervisor (ex: de AHV para ESXi), elimina-se o risco de indisponibilidade dos serviços durante janelas de migração complexas.
- c. Eficiência de Gestão (*Single Pane of Glass*): A utilização do Nutanix Prism permite gerenciar computação, armazenamento e rede em uma única interface simplificada, reduzindo o tempo gasto em tarefas rotineiras de administração.
- d. Escalabilidade Linear (*Pay-as-you-grow*): Facilidade de adicionar novos nós ao cluster existente de forma transparente, sem reconfigurações profundas na rede ou no storage.

3.6.2. Para além disso, tem-se ainda os benefícios indiretos a seguir:

- a. Curva de Aprendizado Zero: A equipe técnica já está familiarizada com a ferramenta. Isso evita gastos com treinamentos externos e reduz a probabilidade de erros humanos causados pelo desconhecimento de uma nova plataforma.
- b. Resiliência e Segurança Integrada: A solução Nutanix já possui nativamente recursos de *Self-Healing* (autocura) e conformidade de segurança (STIGs), garantindo que o ambiente permaneça protegido com o mínimo de intervenção manual.
- c. Foco no Negócio: Com uma infraestrutura estável e conhecida ("invisível"), a equipe de TI pode se desprender da manutenção básica e focar em projetos estratégicos e inovação para a empresa,

4. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO

4.1. Da Natureza do Objeto

4.1.1. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitações e contratos administrativos, observamos que o objeto em questão pode ser especificado objetivamente com base em padrões usuais do mercado. Portanto, consideramos que esta contratação se enquadra

como bem ou serviço comum, conforme definido na referida lei.

4.1.2. Em consideração ao conceito de serviços e fornecimentos contínuos, apresentado nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista que a necessidade de sustentação da solução, através de serviços de suporte técnico, atualizações e demais a ela relacionados, se estende ao longo do tempo, resta o entendimento de prestação continuada, em favor de assegurar a manutenção e operacionalidade do objeto contratado e, conseqüentemente, o desenvolvimento habitual das atividades administrativas do órgão.

4.2. Da Justificativa para o Parcelamento ou Não do Objeto

4.2.1. Ao analisar a descrição do objeto e as características técnicas da solução, a equipe técnica sugere que o objeto do presente estudo seja agrupado em **grupo único** (itens 1 ao 6) de modo a ampliar a competitividade, permitindo que os participantes do certame ofereçam soluções para apenas um dos grupos/itens.

4.2.2. Diante disso, entende-se que o objeto não poderá ser parcelado.

4.3. Da Adjudicação do Objeto

4.3.1. Dada a inviabilidade de parcelamento do objeto, a adjudicação deverá ser realizada a uma única empresa, adotando-se o critério de menor preço global.

4.4. Da Modalidade e Tipo de Licitação

4.4.1. Considerando a natureza do objeto, que envolve bens e serviços comuns, especificáveis de forma objetiva segundo padrões usuais de mercado, a modalidade de licitação mais adequada é o **Pregão**, preferencialmente em sua forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço**. Essa escolha visa assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa, com ampla competitividade, celeridade e economicidade, em consonância com o princípio da eficiência administrativa.

4.4.2. Ademais, o objeto caracteriza-se como contratação de serviços e fornecimentos de natureza continuada, em razão da necessidade permanente, bem como serviços remunerados por unidade de medida, recomendando-se, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

4.4.3. O uso do SRP garante maior flexibilidade e escalabilidade, permitindo que o TJRR ajuste a execução contratual conforme a demanda efetiva ao longo da vigência. Isso possibilitará, de forma célere e com preços previamente registrados.

4.4.4. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União confirma a adequação do **Pregão Eletrônico** para bens e serviços de TIC classificados como comuns, desde que as especificações sejam objetivas e aderentes ao mercado (Acórdão nº 2.471/2008 – Plenário). Do mesmo modo, conforme orientações consolidadas no manual *Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU*, admite-se a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratações de caráter permanente ou que envolvam entregas parceladas e/ou remuneração por unidade de medida, desde que demonstrada a vantajosidade e a adequação do objeto à sistemática de registro.

4.5. Da Qualificação Econômico-Financeira

4.5.1. Consoante art. 69, da Lei 14.133/2021, a fim da licitante demonstrar a aptidão para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverão ser exigidos:

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato; e
- b. Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei,

devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Para fins de habilitação, a(s) licitantes(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos:

5.1.1. Para o **Grupo único**, 01 (um) ou mais atestado(s), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante forneceu, instalou, configurou e prestou serviços de no mínimo 03 (três) servidores hiperconvergentes, sendo aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos contratos.

5.1.2. Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE, para verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

5.1.3. O FORNECEDOR deverá comprovar que possui em seu quadro de pessoal, profissional qualificado para realização dos serviços contratados, por meio de declaração emitida pelo fabricante ou por certificado de qualificação técnica emitido por centro de treinamento credenciado.

5.1.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s), obrigatoriamente, em papel timbrado, no qual deverá constar, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Razão social, CNPJ e endereço completo da empresa emitente;
- b. Razão social e CNPJ da CONTRATADA;
- c. Número e vigência do contrato, quando aplicável;
- d. Descrição do objeto contratado;
- e. Volume ou quantitativo do objeto executado/fornecido;
- f. Caracterização do atendimento satisfatório ao objeto da contratação pela CONTRATADA;
- g. Local e data de emissão;
- h. Identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo, telefone e/ou correio eletrônico), acompanhada de sua assinatura.

6. PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

Da Vigência da Ata de Registro de Preços

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

6.1.1. Os quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços na prorrogação serão renovados.

6.2. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Da Vigência dos Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços

6.3.1. No tocante aos **itens 1, 2, 3, 4 e 6**, a vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

6.3.2. Quanto ao **item 5** - Serviço de manutenção e suporte técnico por cada servidor de Plataforma de Nuvem Privada, por se tratar de serviço de natureza continuada, terá prazo de

vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, podendo o prazo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o Art. 107 da Lei. 14.133/21.

6.4. O objeto deverá ser entregue ao fiscal do contrato junto a nota fiscal na Subsecretaria de Infraestrutura de TIC (SUBINF -TIC), situada no Prédio Administrativo Luiz Rosalvo Indrusiak Finn, situado na Avenida Capitão Ene Garcês, N. 1696 - Bairro São Francisco - CEP 69305-135 - Boa Vista - RR, no horário de expediente (8h às 14h).

6.4.1. Antes da entrega do material, deverá ocorrer agendamento prévio junto à SUBINF-TIC, no horário de expediente informado, através do seguinte telefone para contato: (95) 3621-5144.

7. ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. Com base na instrução do procedimento administrativo nº 0004872-93.2026.8.23.8000, pode-se inferir que o valor estimado da contratação é de R\$ 15.542.874,28 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e dois mil oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	ITEM 1 - Servidores Hiperconvergentes - Plataforma de Nuvem Privada	Und.	6	R\$ 946.038,28	R\$ 5.676.229,68
2	ITEM 2 - Servidores Hiperconvergentes para Inteligência Artificial - Plataforma de Nuvem Privada	Und.	2	R\$ 1.403.279,64	R\$ 2.806.559,28
3	ITEM 3 - Software de Infraestrutura de Hiperconvergência - Licenciamento da Plataforma de Nuvem Privada	Subscrição (por núcleo)	208	R\$ 24.451,64	R\$ 5.085.941,12
4	ITEM 4 - Licenciamento de Gestão Avançada para Plataforma de Nuvem Privada	Subscrição (por núcleo)	208	R\$ 2.809,00	R\$ 584.272,00
5	ITEM 5 - Serviço de manutenção e suporte técnico por cada servidor de Plataforma de Nuvem Privada	Meses	480	R\$ 2.813,16	R\$ 1.350.316,80
6	ITEM 6 - Mudança de Local dos Servidores Hiperconvergentes para o site de Recuperação de Desastre	Und.	4	R\$ 9.888,85	R\$ 39.555,40
TOTAL GLOBAL ESTIMADO					R\$ 15.542.874,28

7.2. O preço deve abranger todos os impostos, taxas e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

7.3. O valor global estimado foi apurado em consonância com a lógica de dimensionamento apresentada no item **2.4.1.1.** deste instrumento. Assim, os valores ora indicados refletem o cenário máximo projetado para fins de planejamento orçamentário e formação da estimativa da contratação. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, não se configurando, contudo, obrigação de contratação pela Administração, cuja demanda efetiva poderá variar conforme a necessidade institucional e a disponibilidade orçamentária.

8. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, por meio da FISCALIZAÇÃO, no prazo

máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por:

- a. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b. seguro-garantia;
- c. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.1.1. O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.2. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, conforme inciso I, do art. 97 da Lei 14.133/2021.

8.3. Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

9. OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- b. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- c. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- d. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- e. Executar os objeto contratado tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- f. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, se for necessário;
- g. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- h. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- i. Em caso de execução de serviços, comprovar, para a execução do contrato, a compatibilidade do código CNAE e seu subitem da lista de serviços da LC 116/2003, em relação ao objeto contratado, para viabilizar a correta retenção dos tributos devidos.
- j. Entregar o objeto em rígida observância ao Termo de Referência;
- k. Assinar o Termo de Compromisso com a Segurança da Informação, nos termos do modelo

constante do **ANEXO II** deste instrumento.

- I. Conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes.

9.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Subcontratação do objeto; e
- c. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

9.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:

- a. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- c. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- d. Nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- e. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

9.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

- a. Após o recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016.
- b. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.
- c. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento contratual.
- d. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- e. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- f. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

- g. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.
- h. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.
- i. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.
- j. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas e outras questões referentes ao objeto.

10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Rotinas de Fiscalização Contratual

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem formal de paralisação ou suspensão da execução contratual, por determinação da Administração ou por motivo alheio à vontade da CONTRATADA, e desde que não decorrente de fato a ela imputável, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente ao tempo de interrupção, mediante registro formal por apostila.

10.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.6. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

10.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

10.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.9. O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

10.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de

Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento

10.17. Ao final de cada mês, a CONTRATADA encaminhará à equipe técnica do TJRR um relatório contendo as informações necessária para aferição da qualidade dos serviços prestados, tal relatório deverá abranger pelo menos as seguintes informações:

- a. Número/código do chamado/solicitação;
- b. Data e hora de abertura da solicitação;
- c. Nome do solicitante;
- d. Data e hora da solução/encerramento da solicitação;
- e. Quantidade de dias úteis gastos para a solução;
- f. Nível de severidade da solicitação (conforme indicadores); e
- g. Descrição das atividades executadas.

10.18. Na fiscalização da qualidade do serviço prestado, o Fiscal deverá, a cada incidente, verificar todas as ocorrências registradas no período e, caso necessário, aplicar os descontos do faturamento conforme os indicadores a seguir:

Indicador 01 - Equipamento corrompido; Função crítica do equipamento não está disponível; O equipamento se desliga repentinamente, causando demoras excessiva e intermitências para utilização de recursos; O equipamento falha repetidamente após tentativas de reinicialização; Falha crítica de componente do equipamento.	
Finalidade	Garantir a disponibilidade contínua da função crítica dos equipamentos.
Critério de Medição	Quantidade de Ordens de Serviço, chamados ou solicitações abertas junto a Contratada.
Instrumentos de Medição	Relatórios encaminhados mensalmente pela Contratada.
Forma de Acompanhamento	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através do processo de Solicitação de Serviços, pela ferramenta de gerenciamento de atendimento, pelo sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC e demais instrumentos disponíveis.
Prazo de Solução Pactuado	Até 02 (dois) dias úteis.
Mecanismo de Cálculo	Para o cálculo no pagamento mensal, considera-se a quantidade de solicitações que não foram concluídas pela Contratada dentro do prazo pactuado.
Faixas de Ajuste no pagamento	De 1 a 2 ocorrências em atraso - Dedução de 10% da fatura mensal; De 3 a 4 ocorrências em atraso - Dedução de 20% da fatura mensal; De 5 a 6 ocorrências em atraso - Dedução de 30% da fatura mensal. Para os casos de acúmulo acima de 6 (seis) ocorrências no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no instrumento contratual.

Indicador 02 - Quando se verifica uma perda de funcionalidade, no entanto, sem interromper os serviços prestados ou atividades exercidas pela Contratante.	
Finalidade	Garantir a estabilidade e continuidade dos serviços essenciais prestados.

Critério de Medição	Quantidade de Ordens de Serviço, chamados ou solicitações abertas junto a Contratada.
Instrumentos de Medição	Relatórios encaminhados mensalmente pela Contratada.
Forma de Acompanhamento	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através do processo de Solicitação de Serviços, pela ferramenta de gerenciamento de atendimento, pelo sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC e demais instrumentos disponíveis.
Prazo de Solução Pactuado	Até 03 (três) dias úteis
Mecanismo de Cálculo	Para o cálculo no pagamento mensal, considera-se a quantidade de solicitações que não foram concluídas pela Contratada dentro do prazo pactuado.
Faixas de Ajuste no pagamento	De 1 a 2 ocorrências em atraso - Dedução de 5% na fatura mensal; De 3 a 4 ocorrências em atraso - Dedução de 10% na fatura mensal; De 5 a 6 ocorrências em atraso - Dedução de 15% na fatura mensal; De 7 a 8 ocorrências em atraso - Dedução de 20% na fatura mensal. Para os casos de acúmulo acima de 8 (oito) ocorrências no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no instrumento contratual.

Indicador 03 - Quando solicitado criação de regras customizáveis nas soluções que não dependem de tal ação para a devida operação da Contratante ou atividades exercidas por ela.	
Finalidade	Garantir que a implementação de regras personalizadas seja realizada de maneira eficiente.
Critério de Medição	Quantidade de Ordens de Serviço, chamados ou solicitações abertas junto a Contratada.
Instrumentos de Medição	Relatórios encaminhados mensalmente pela Contratada.
Forma de Acompanhamento	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através do processo de Solicitação de Serviços, pela ferramenta de gerenciamento de atendimento, pelo sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC e demais instrumentos disponíveis.
Prazo de Solução Pactuado	Até 05 (cinco) dias úteis.
Mecanismo de Cálculo	Para o cálculo no pagamento mensal, considera-se a quantidade de solicitações que não foram concluídas pela Contratada dentro do prazo pactuado.
Faixas de Ajuste no pagamento	De 1 a 2 ocorrências em atraso - Sem dedução na fatura mensal; De 3 a 4 ocorrências em atraso - Dedução de 3% na fatura mensal; De 5 a 6 ocorrências em atraso - Dedução de 6% na fatura mensal; De 7 a 8 ocorrências em atraso - Dedução de 9% na fatura mensal; De 9 a 10 ocorrências em atraso - Dedução de 12% na fatura mensal. Para os casos de acúmulo acima de 10 (dez) ocorrências no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no instrumento contratual.

Indicador 04 - Quando se verifica como necessária a prestação de informações, aperfeiçoamentos ou esclarecimentos sobre documentação ou funcionalidades, porém sem prejudicar diretamente a devida prestação dos serviços ou atividades exercidas pela contratante.
--

Finalidade	Garantir que a implementação de regras personalizadas seja realizada de maneira eficiente.
Critério de Medição	Quantidade de Ordens de Serviço, chamados ou solicitações abertas junto a Contratada.
Instrumentos de Medição	Relatórios encaminhados mensalmente pela Contratada.
Forma de Acompanhamento	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através do processo de Solicitação de Serviços, pela ferramenta de gerenciamento de atendimento, pelo sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC e demais instrumentos disponíveis.
Prazo de Solução Pactuado	Até 10 (dez) dias úteis.
Mecanismo de Cálculo	Para o cálculo no pagamento mensal, considera-se a quantidade de solicitações que não foram concluídas pela Contratada dentro do prazo pactuado.
Faixas de Ajuste no pagamento	De 1 a 3 ocorrências em atraso - Sem dedução na fatura mensal; De 4 a 6 ocorrências em atraso - Dedução de 2% na fatura mensal; De 7 a 9 ocorrências em atraso - Dedução de 4% na fatura mensal; De 9 a 12 ocorrências em atraso - Dedução de 6% na fatura mensal; de 13 a 15 ocorrências em atraso - Dedução de 8% na fatura mensal. Para os casos de acúmulo acima de 15 (quinze) ocorrências no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no instrumento contratual.

Do Recebimento Provisório

10.19. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de **até 10 (dez) dias**, conforme item 2.3.7. Requisitos Temporais, para fins de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e critérios de aceitação estabelecidos.

10.20. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações ou critérios de aceitação, devendo ser substituída no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Do Recebimento Definitivo

10.21. A solução será recebida definitivamente no prazo de **até 30 (trinta) dias**, conforme item 2.3.7. Requisitos Temporais, desde que sanadas todas as pendências e não conformidades eventualmente identificadas, ficando suspensa a contagem do prazo durante o período necessário ao respectivo saneamento e reiniciando-se após a sua conclusão, nos casos de rejeição total ou parcial.

10.22. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.

Do Pagamento

10.23. Para os item **5**, o pagamento será efetuado mensalmente, condicionado à efetiva prestação dos serviços no período de referência e à verificação de conformidade com os critérios de aceitação definidos.

10.24. Para os itens **1, 2, 3, 4 e 6**, o pagamento será efetuado em parcela única, após a conclusão integral do escopo contratado e o respectivo recebimento definitivo, nos termos previstos no instrumento contratual e no cronograma de execução aprovado.

10.25. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.

10.26. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

10.30. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

11. PENALIDADES

11.1. As infrações e sanções administrativas previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

11.2. A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

11.2.1. As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

11.3. A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para

atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

11.3.1. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

11.3.2. Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

11.3.3. A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11.3.3.1. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

11.3.3.2. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. As sanções será aplicada definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

11.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

ANEXO I – DETALHAMENTO DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS DA SOLUÇÃO

Item	Descrição	Unidade	QTD
1	Servidores Hiperconvergentes - Plataforma de Nuvem Privada	Unid.	6
2	Servidores Hiperconvergentes para Inteligência Artificial - Plataforma de Nuvem Privada	Unid.	2
3	Software de Infraestrutura de Hiperconvergência - Licenciamento da Plataforma de Nuvem Privada	Licença (Núcleo)	208
4	Licenciamento de Gestão Avançada para Plataforma de Nuvem Privada	Licença (Núcleo)	208
5	Serviço de manutenção e suporte técnico por cada servidor de Plataforma de Nuvem Privada	Meses	480
6	Mudança de Local dos Servidores Hiperconvergentes para o site de Recuperação de Desastre	Unidade	4

Para os itens 3 e 4	Cores UNT	QTD SERVIDORES	Total de Cores
Servidores Hiperconvergentes - Plataforma de Nuvem Privada	24	6	144
Servidores Hiperconvergentes para Inteligência Artificial - Plataforma de Nuvem Privada	32	2	64
TOTAL DE NÚCLEOS DE PROCESSADOR FÍSICO (CORES)			208

SERVIDORES HIPERCONVERGENTES - PLATAFORMA DE NUVEM PRIVADA

Os equipamentos devem ter montagem em chassi modular ou em unidade única com, no máximo, duas unidades de rack (2U) e tecnologia hot-pluggable.

Qualquer necessidade de substituição, atualização ou modificação de licenças para manter a integridade do cluster será de responsabilidade da contratada, sem gerar custos adicionais ou futuros ao TJRR durante o processo de integração.

Os equipamentos ofertados deverão possibilitar a expansão dos recursos computacionais da solução Nutanix já existente, de forma horizontal, mediante a adição de novos nós.

Cada chassi deve possuir duas fontes de alimentação redundantes, com potência suficiente para suportar todos os componentes eletrônicos em desempenho máximo.

As fontes deverão possuir tensão elétrica bivolt (110-240V AC), frequência de 50-60 (cinquenta-sessenta) Hz e possuir chaveamento automático de tensão.

Os servidores devem ser entregues com, no mínimo, dois processadores físicos de tecnologia escalável voltada a servidores, equivalentes ou superiores ao Intel Xeon de última geração disponível.

Cada processador deve ter 12 núcleos e suporte ao dobro de threads.

Os processadores devem operar com frequência base de 2,0 GHz ou superior.

Os equipamentos devem permitir a instalação de módulos de memória RAM e vir equipados com, no mínimo, 1.024 GB de memória RAM instalada.

Os módulos DIMM devem ser distribuídos de forma equilibrada entre os processadores.

Os servidores devem incluir ao menos uma interface de rede dedicada para gerenciamento ou função similar.

Deve haver, no mínimo, um adaptador de rede com suporte a duas interfaces SFP+.

Deverão ser fornecidos 2 (dois) cabos de conexão direta (DAC - Direct Attach Copper) 10G SFP+ de, ao menos, 2,5 metros.

Cada servidor deve possuir módulo de alta disponibilidade em SSD interno, destinado à instalação do hipervisor, com tecnologia de memória flash, integrado à placa-mãe ou instalado em barramento específico, com capacidade bruta mínima de 400 GB.

Deverão ser fornecidos 70 TB de armazenamento bruto em discos mecânicos SATA por equipamento.

Deverão ser fornecidos 30 TB de armazenamento bruto em discos SSD por equipamento.

Se for necessário o uso de adaptador RAID para operação dos discos, este deverá ser fornecido, em conformidade com as melhores práticas do fabricante do hardware.

Os servidores hiperconvergentes deverão possuir cobertura de garantia pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento provisório dos equipamentos.

SERVIDORES HIPERCONVERGENTES PARA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - PLATAFORMA DE NUVEM PRIVADA

Os equipamentos devem ter montagem em chassi modular ou em unidade única com, no máximo, duas unidades de rack (2U) e tecnologia hot-pluggable.

Qualquer necessidade de substituição, atualização ou modificação de licenças para manter a integridade do cluster será de responsabilidade da contratada, sem gerar custos adicionais ou futuros ao Tribunal durante o processo de integração.

Os equipamentos ofertados deverão possibilitar a expansão dos recursos computacionais da solução Nutanix já existente, de forma horizontal, mediante a adição de novos nós.

Cada chassi deve possuir duas fontes de alimentação redundantes, com potência suficiente para suportar todos os componentes eletrônicos em desempenho máximo.

As fontes deverão possuir tensão elétrica bivolt (110-240V AC), frequência de 50-60 (cinquenta-sessenta) Hz e possuir chaveamento automático de tensão.

Os servidores devem ser entregues com, no mínimo, dois processadores físicos de tecnologia escalável voltada a servidores, equivalentes ou superiores ao Intel Xeon de última geração disponível.

Cada processador deve ter 16 núcleos e suporte ao dobro de threads.

Os processadores devem operar com frequência base de 2,50GHz ou superior.

Os equipamentos devem permitir a instalação de módulos de memória RAM e vir equipados com, no mínimo, 1.024 GB de memória RAM instalada.

Os módulos DIMM devem ser distribuídos de forma equilibrada entre os processadores.

Os servidores devem incluir ao menos uma interface de rede dedicada para gerenciamento ou função similar.

Deve haver, no mínimo, um adaptador de rede com suporte a duas interfaces SFP+.

Deverão ser fornecidos 2 (dois) cabos de conexão direta (DAC - Direct Attach Copper) 10G SFP+ de, ao menos, 2,5 metros.

Cada servidor deve possuir módulo de alta disponibilidade em SSD interno, destinado à instalação do hipervisor, com tecnologia de memória flash, integrado à placa-mãe ou instalado em barramento específico, com capacidade bruta mínima de 400 GB.

Deverão ser fornecidos 90 TB de armazenamento bruto em discos SSD por equipamento.

Deve possuir mínimo de 01 GPUs dedicadas, com as seguintes especificações técnicas:

Modelo de referência: NVIDIA L40S;

Largura de banda de memória: 864 GB/s;

Núcleos CUDA: 18.176;

Desempenho FP16: 362 TFLOPS;

Desempenho Tensor BFLOAT16: 362 TFLOPS;

Desempenho Tensor BFLOAT32: 183 TFLOPS;

Interface PCIe Gen4 x16, com largura de banda bidirecional de 64 GB/s.

Os servidores hiperconvergentes deverão possuir cobertura de garantia pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento provisório dos equipamentos.

SOFTWARE DE INFRAESTRUTURA DE HIPERCONVERGÊNCIA - LICENCIAMENTO DA PLATAFORMA DE NUVEM PRIVADA

Deverá ser ofertado licenciamento compatível com o ambiente de produção do Tribunal, qual seja, Nutanix AOS Ultimate, ou Superior.

Deverá ser entregue a versão mais atual de licenciamento comercializada pela fabricante, correspondente ao Nutanix Cloud Infrastructure Ultimate.

Deverá ser considerado como referência o licenciamento Nutanix Cloud Infrastructure Ultimate (PN SW-NCI-ULT-PR).

O licenciamento deverá ser ofertado na modalidade de Subscrição (Assinatura) por um período de 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento provisório. Durante a vigência, deve incluir direito de uso do software, atualizações de versão e suporte técnico do fabricante. As licenças devem ser portáteis, permitindo sua transferência entre diferentes hardwares, baseadas em núcleos (cores) de processamento.

O licenciamento deverá incluir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

Execução completa do hypervisor Nutanix AHV;

Criação de clusters com recursos distribuídos;

Criação de snapshots e clones de máquinas virtuais;

Tierização de armazenamento para ambientes híbridos;

Fatores de replicação 2 e 3;

Deduplicação, compressão e erasure coding;

QoS de storage;

Replicação assíncrona (intervalos de 1 minuto e 1 hora) e replicação síncrona entre ambientes Nutanix AHV;

Orquestração de processos de recuperação de desastres (Disaster Recovery);

Criptografia de dados em repouso com servidor KMS nativo;

Suporte ao uso de GPUs;

Compatibilidade com clusters de plataformas de containers, como Kubernetes;

Recursos de microsegmentação;

Cada unidade fornecida deverá contemplar, conforme a política de licenciamento da fabricante, a garantia do funcionamento integral das funcionalidades exigidas.

Cada unidade adquirida corresponde a um núcleo de processador físico do equipamento.

O licenciamento ofertado deverá ser plenamente compatível com os servidores descritos nos itens 1 e 2.

O licenciamento deverá contar com suporte oficial da fabricante na modalidade Production, com atendimento remoto contínuo 24x7x365 pelo período de 60 meses.

Durante o período de vigência contratual, o fabricante deverá disponibilizar todas as atualizações dos softwares (atualizações de versões, releases e patches), firmware ou microcódigos dos hardwares cobertos pelo licenciamento, sem ônus adicional

LICENCIAMENTO DE GESTÃO AVANÇADA PARA PLATAFORMA DE NUVEM PRIVADA

O licenciamento Nutanix Cloud Management (NCM) deverá ser ofertado na modalidade Starter, compatível com os equipamentos descritos nos itens 1 e 2, bem como com o licenciamento Nutanix Cloud Infrastructure (NCI) Ultimate especificado anteriormente.

Deverá ser fornecida a versão mais atual comercializada pela fabricante, assegurando integração nativa com o Prism Central e permitindo o gerenciamento centralizado de todos os recursos do cluster Nutanix.

Deverá ser considerado como referência o licenciamento Nutanix Cloud Management (NCM) Starter, part number SW-NCM-STRT-PR, conforme catálogo oficial da fabricante.

Deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

Emissão de relatórios detalhados sobre desempenho, utilização de recursos, alertas e tendências de consumo, permitindo análises históricas e estratégicas para apoio à gestão;

Planejamento de capacidade e cargas de trabalho, permitindo prever necessidades futuras e otimizar a alocação de recursos computacionais, de armazenamento e de rede ao longo do tempo;

Detecção e correção automática de recursos ineficientes, possibilitando identificar workloads com baixa performance ou uso inadequado de recursos e aplicar ajustes automáticos ou orientações para reequilíbrio do ambiente.

Cada unidade fornecida deverá contemplar, conforme a política de licenciamento da fabricante, a garantia do funcionamento integral das funcionalidades exigidas.

Cada unidade adquirida corresponde a um núcleo de processador físico do equipamento.

O licenciamento deverá contar com suporte oficial da fabricante na modalidade Production, com atendimento remoto contínuo 24x7x365 pelo período de 60 meses.

Durante o período de vigência contratual, o fabricante deverá disponibilizar todas as atualizações dos softwares (atualizações de versões, releases e patches), firmware ou microcódigos dos hardwares cobertos pelo licenciamento, sem ônus adicional.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO POR CADA SERVIDOR DE PLATAFORMA DE NUVEM PRIVADA

Os serviços profissionais deverão ser executados por equipe certificada pelo fabricante da solução, de forma contínua durante todo o período de vigência do suporte técnico (60 meses), com suporte remoto 24x7x365 e gerenciamento fim a fim dos chamados perante a fabricante.

O serviço deverá contemplar cobertura total dos equipamentos previstos nessa contratação.

Ao menos um integrante da equipe responsável pela execução dos serviços deverá possuir certificação de nível Master emitida pelo fabricante Nutanix, garantindo elevado domínio técnico sobre a solução. Não serão aceitos profissionais com certificações de nível comercial ou inferior.

Os serviços poderão ser prestados de forma remota ou presencial, em qualquer período (24x7), mediante prévio acordo entre as partes, durante toda a vigência do contrato.

As atividades contempladas incluem:

Instalação: execução completa do processo de instalação física e lógica dos equipamentos e softwares, assegurando que todos os componentes estejam devidamente integrados e operacionais dentro do cluster hiperconvergente.

Configuração: parametrização e ajuste das funcionalidades do ambiente Nutanix, incluindo rede, armazenamento, políticas de replicação, segurança e desempenho, conforme as melhores práticas recomendadas pelo fabricante.

Migração de dados: planejamento e execução da transferência segura e controlada das informações existentes para o novo ambiente, garantindo integridade, rastreabilidade e mínima indisponibilidade durante o processo.

Avaliação e otimização do cluster hiperconvergente e seus componentes;

Verificação de configuração e aderência às melhores práticas;

Emissão de relatórios com recomendações técnicas;

Apoio no desenho técnico e na documentação da arquitetura da solução;

Validação de aplicações e suporte à implantação de novos clusters;

Revisão de rede, cabeamento e versões de software;

Planejamento e a execução de atualizações de software (firmware, AOS, hipervisor AHV, NCC, etc);

Auxiliar no suporte ao desenho, implementação e gerenciamento contínuo das políticas de segurança de microssegmentação (Nutanix Flow), garantindo a correta aplicação das regras de firewall entre as máquinas virtuais;

Configuração, alocação, gerenciamento e troubleshooting dos recursos de GPU para as cargas de trabalho de IA;

Monitorar a saúde, identificar gargalos de desempenho e atuar sempre que ocorrerem alertas ou

falhas que afetem o desempenho da solução;

Monitoramento da saúde da replicação e manutenção das políticas de proteção de dados;

Integração e provisionamento de recursos do cluster Nutanix para as plataformas de containers, como Kubernetes;

Planejamento e execução de testes de contingência;

Implementação e ajustes físicos e lógicos quando necessário;

Revisão de recursos e funções da solução, incluindo políticas de rede, inserção de serviços de rede e automação de processos com casos de uso comuns;

Intervir junto ao suporte técnico oficial do fabricante, para atendimento especializado, acompanhamento de incidentes e aplicação de recomendações conforme as diretrizes e melhores práticas da Nutanix.

A contratada deverá oferecer chamados ilimitados de suporte técnico, apresentar canais oficiais de atendimento (central de serviço e website) em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

MUDANÇA DE LOCAL DOS SERVIDORES HIPERC ONVERGENTES PARA O SITE DE RECUPERAÇÃO DE DESASTRE

O TJRR possui servidores de hiperconvergência da marca Lenovo, modelo ThinkAgile HX650 V3, que deverão ser movidos para o local do site de recuperação de desastres.

LOCAL DE ORIGEM: Sede Administrativa - Ed. Luiz Rosalvo Indrusiak Fin, localizado na Av. Cap. Ene Garcez, N. 1696 , Bairro: São Francisco, CEP:69305-135, Boa Vista - RR.

LOCAL DE DESTINO: FÓRUM CRIMINAL MINISTRO EVANDRO LINS E SILVA, localizado na Av CB PM José Tabira de Alencar Macedo, 602 - Bairro Caranã, Boa Vista - RR.

Os serviços devem ser realizados de acordo com as recomendações técnicas do fabricante, em especial as que se referem à desmontagem, transporte e montagem física dos equipamentos.

A CONTRATADA deverá prestar, no mínimo, os seguintes serviços:

Desmontagem – Os equipamentos devem ser desmontados, acondicionados e embalados para transporte. A CONTRATANTE deve responsabilizar-se pelos materiais adequados para o transporte, empregando todo material necessário, tais como caixas, espuma e outros que se fizerem necessários, visando a ideal proteção dos equipamentos, garantindo sua integridade e conservação.

Transporte – Os equipamentos deverão ser transportados do local de origem para o destino, compreendendo: carregar o veículo, transportar, descarregar e entregar os bens nas mesmas condições do momento da retirada. Devendo dispor de toda ferramenta, material, veículo de transporte e mão de obra qualificada, responsabilizando- se, ainda, pela limpeza dos locais de origem e destino.

Reinstalação (montagem e integração) - A solução de hiperconvergência deverá ser instalada fisicamente no rack, bem como interligada/conectada à rede elétrica e rede de computadores do local de destino.

Reconfiguração e operacionalização dos softwares: Os servidores devem ser configurados com os novos parâmetros de rede e software hiperconvergente, além de adicionados ao cluster TJRR-DR existente no local de destino.

Os materiais e ferramentas necessárias para execução dos serviços deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA sem custo adicional ao TJRR.

Ao final, deverão ser realizados testes de uso e funcionamento de toda a instalação.

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/TJRR

A empresa _____, parte CONTRATADA no contrato n.º_____/_____, neste ato representado pelo(a) Sr. (a)_____, portador(a) do RG n.º_____ e do CPF n.º_____, compromete-se, por intermédio do presente termo, a não divulgar sem prévia autorização informações confidenciais pertencentes ou custodiadas pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA (TJRR)** às quais tiver acesso em decorrência da prestação do objeto do citado contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se informações confidenciais aquelas referentes a dados pessoais e dados pessoais sensíveis existentes no ambiente tecnológico ou físico do TJRR ou por ele contratado, bases de dados, topologias, planos, políticas, processos, códigos-fonte, serviços e sistemas tecnológicos vinculados ao TJRR.

§ 1º Em relação aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis do TJRR, a CONTRATADA deverá realizar o tratamento de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e com a Política de Privacidade de Dados Pessoais do TJRR.

Quando realizar o tratamento de dados pessoais sob determinação do TJRR, a CONTRATADA será considerada operadora, nos termos da Lei nº 13.709/2018, devendo observar estritamente as instruções documentadas do controlador (TJRR).

§ 2º – Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deverá tratar a mesma sob sigilo até que venha a ser autorizada por escrito pelo TJRR a tratá-la diferentemente. De forma alguma se interpretará o silêncio do TJRR como a liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.

§ 3º Excluem-se das disposições desta Cláusula informações que já estiverem comprovadamente disponíveis ao público em geral de qualquer forma que não em decorrência de sua revelação pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA concorda que as informações às quais terá acesso serão utilizadas exclusivamente no desempenho das atividades necessárias para execução do objeto contratado, em conformidade com o presente TERMO.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATADA obriga-se a conhecer e observar a Política de Segurança da Informação do TJRR.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA compromete-se a aplicar boas práticas de mercado relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais (como, por exemplo, ABNT NBR ISO/IEC 27001, ABNT NBR ISO/IEC 27002, ABNT NBR ISO/IEC 27701, CIS Controls, OWASP, NIST Cybersecurity Framework, MITRE ATT&CK, dentre outras), pertinentes ao serviço prestado, para garantir a segurança dos meios tecnológicos utilizados pela CONTRATADA, atender aos Acordos de Nível de Serviço (ANS) e Acordos de Nível Operacional (ANO) estabelecidos em contrato, bem como proteger a confidencialidade, integridade, disponibilidade e privacidade das informações do TJRR que forem tratadas nesses meios tecnológicos.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA determinará a todos os seus representantes, assim considerados diretores, administradores, sócios, empregados, prepostos, agentes, colaboradores e prestadores de serviço a qualquer título, incluindo consultores e assessores que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA SEXTA: Caso a CONTRATADA seja obrigada, em decorrência de intimação de autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer informações relativas ao TJRR, deverá comunicar imediatamente ao Tribunal, por escrito, acerca da referida intimação, a fim de possibilitar que o TJRR adote as medidas cabíveis contra a ordem judicial ou administrativa, ou manifeste, por escrito, seu consentimento para a referida revelação.

CLÁUSULA SÉTIMA: A CONTRATADA obriga-se a comunicar imediatamente ao TJRR qualquer violação das regras de sigilo ou demais obrigações de segurança da informação estabelecidas neste Termo que ocorra por ação ou omissão sua, ou de seus empregados, prepostos ou

prestadores de serviço, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA OITAVA : A CONTRATADA obriga-se a comunicar imediatamente ao TJRR qualquer incidente, tecnológico ou não, que possa comprometer ou que tenha comprometido a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações do TJRR que são tratadas em meios tecnológicos utilizados pela CONTRATADA, bem como o cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (ANS) e Acordos de Nível Operacional (ANO). Deverá, ainda, informar as medidas adotadas para contenção, tratamento, resposta e erradicação do incidente, além de eventuais ações corretivas implementadas para evitar recorrências.

Parágrafo único: Todas as notificações previstas neste Termo deverão ser feitas por escrito, preferencialmente por meio de ofício protocolado ou por e-mail institucional, direcionadas à Subsecretaria de Cibersegurança do TJRR, aos fiscais do contrato e ao gestor ou à unidade gestora do contrato, conforme aplicável.

CLÁUSULA NONA: O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos responsáveis, na forma da legislação aplicável. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação, o descumprimento das obrigações assumidas neste Termo poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: As obrigações de sigilo e confidencialidade aqui estabelecidas permanecerão vigentes mesmo após o encerramento do contrato, enquanto as informações permanecerem sob sigilo ou não forem tornadas públicas pelo TJRR.

Boa Vista/RR, ____ de _____ de 20__.

ANEXO III – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

1. IDENTIFICAÇÃO

Ordem de Serviço nº	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
Contrato nº	xx/aaaa	Nota de Empenho nº	xx/aaaa
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome Contratada> da	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do Preposto>		
Início da Vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim da Vigência	<dd/mm/aaaa>
Requisitante	<Nome da Contratante>		

2. ITENS SOLICITADOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1					
...					
Valor Total da Ordem de Serviço (R\$)					

3. INSTRUÇÕES/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Instruções e demais informações pertinentes

<Incluir instruções complementares à execução da Ordem de Serviço>

4. PRAZOS PREVISTOS

Início	Conclusão
Em caso de atrasos na execução, apresentar as devidas justificativas, se houver.	

5. ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a execução dos itens correspondentes à presente Ordem de Serviço, no período e nos quantitativos acima identificados.

Boa Vista, _____ de _____ de 20____.

<Nome> - Fiscal do Contrato

Matrícula: <Nº da matrícula>

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 12/2026.

Data do certame: 24/06/2026, às 10h00min.

Procedimento Administrativo n.º 0004872-93.2026.8.23.8000

OBJETO: Formação de registro de preços para eventual contratação de **solução de infraestrutura computacional com armazenamento distribuído por software**, incluindo recursos de processamento, memória e virtualização, bem como serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico especializado e garantia de hardware, destinada à modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR) do Tribunal de Justiça de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

GRUPO ÚNICO						
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
1	ITEM 1 - Servidores Hiperconvergentes - Plataforma de Nuvem Privada , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	6	946.038,28		
2	ITEM 2 - Servidores Hiperconvergentes para Inteligência Artificial - Plataforma de Nuvem Privada , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	2	1.403.279,64		

3	ITEM 3 - Software de Infraestrutura de Hiperconvergência - Licenciamento da Plataforma de Nuvem Privada, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Subscrição (por núcleo)	208	24.451,64		
4	ITEM 4 - Licenciamento de Gestão Avançada para Plataforma de Nuvem Privada, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Subscrição (por núcleo)	208	2.809,00		
5	ITEM 5 - Serviço de manutenção e suporte técnico por cada servidor de Plataforma de Nuvem Privada, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Meses	480	2.813,16		
6	ITEM 6 - Mudança de Local dos Servidores Hiperconvergentes para o site de Recuperação de Desastre, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	4	9.888,85		
Valor Total (R\$)						
Valor Máximo Aceito Pelo TJRR para o Grupo - R\$ 15.542.874,28						

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço Completo com CEP:

Fone/Fax/Celular:

E-mail:

Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente

Prazo de Validade da Proposta:

Local e Data:

nome e assinatura do representante legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2026

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A empresa _____(NOME DAS EMPRESAS), inscrita sob o CNPJ nº se compromete a contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e efetivar, em processos internos e externos, o cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, e pelo [Plano de Logística Sustentável do TJRR](#), instituído pela [Portaria nº 685 TJRR/PR, de 27 de abril de 2023](#).

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços N.º 000/2026

Procedimento Administrativo n.º 0004872-93.2026.8.23.8000

Pregão Eletrônico n.º 000/2026

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º de de, inscrito no CPF sob o n.º Portador(a) da Carteira de Identidade n.º, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e na [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#), observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Formação de registro de preços para eventual contratação de solução de infraestrutura computacional com armazenamento distribuído por software, incluindo recursos de processamento, memória e virtualização, bem como serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico especializado e garantia de hardware, destinada à modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR) do Tribunal de Justiça de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, prorrogáveis na forma da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

2.1.1. Os quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços na prorrogação serão **renovados**.

2.2. O Edital do Pregão Eletrônico n.º 000/2026 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do Pregão eletrônico, independente de transcrição.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTATIVOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 3.1**.

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

3.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. Os quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços na prorrogação serão **renovados**.

4.2. O instrumento contratual, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b. mantiverem sua proposta original.

4.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. Os convocados no cadastrado reserva ou da classificação remanescente, passarão por processo de habilitação previsto em edital, quando convocados.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 4.3**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. d. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o

gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, sendo necessária a análise das condições de habilitação nos moldes previstos em edital.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 6.2** e no **subitem 6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, inciso III, da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#); ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.e
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 7.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a. por razão de interesse público;
- b. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24, ambos da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas instrumento convocatório.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado

a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO do instrumento convocatório

10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

10.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM ÚNICO					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
1					
2					
3					
4					
5					
6					
Valor Total (R\$)					

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR ____ de _____ de 2026.

	_____ Representante
Nome Secretário de Gestão Administrativa	legal Empresa

ANEXO I - FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante

ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA

FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA	
Classificação	Licitante

ANEXO VI - MINUTAS DOS CONTRATOS

MINUTA DE CONTRATO - AQUISIÇÃO E SERVIÇO POR ESCOPO - PR/SG/SGA/SUBCON

Contratação de solução de infraestrutura computacional com armazenamento distribuído por software, incluindo recursos de processamento, memória e virtualização, bem como serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico especializado e garantia de hardware, destinada à modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR) do Tribunal de Justiça de Roraima, visando assegurar maior disponibilidade, continuidade dos serviços e atendimento às demandas institucionais, oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/____, Pregão Eletrônico ____/____, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e _____, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu

CONTRATADO: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP.: _____-_____/_____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na contratação de solução de infraestrutura computacional com armazenamento distribuído por software, incluindo recursos de processamento, memória e virtualização, bem como serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico especializado e garantia de hardware, destinada à modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR) do Tribunal de Justiça de Roraima, visando assegurar maior disponibilidade, continuidade dos serviços e atendimento às demandas institucionais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 39/2026 (_____).

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	ITEM 1 - Servidores Hiperconvergentes - Plataforma de Nuvem Privada	Und.	6		
2	ITEM 2 - Servidores Hiperconvergentes para Inteligência Artificial - Plataforma de Nuvem Privada	Und.	2		
3	ITEM 3 - Software de Infraestrutura de Hiperconvergência - Licenciamento da Plataforma de Nuvem Privada	Subscrição (por núcleo)	208		
4	ITEM 4 - Licenciamento de Gestão Avançada para Plataforma de Nuvem Privada	Subscrição (por núcleo)	208		
6	ITEM 6 - Mudança de Local dos Servidores Hiperconvergentes para o site de Recuperação de Desastre	Und.	4		
TOTAL GLOBAL ESTIMADO (R\$)					

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência nº 39/2026 (_____);

1.3.2. O Edital de Licitação (_____);

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais

3.1. A forma de fornecimento, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

Cláusula Quarta – Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula Quinta - Preço e Pagamento

5.1. Preço:

5.1.2. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (Índice de Custos da Tecnologia da Informação), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

5.4. Condições de Pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. o período respectivo de execução do contrato;
- d. o valor a pagar;
- e. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f. Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao material adquirido;
- g. Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
- h. Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- i. Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
- j. Valor do(s) imposto(s);
- k. Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- l. Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- m. Informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
- n. Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016.

os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR;

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cláusula Sexta - Reajuste

- 6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/05/2026 (_____).
- 6.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da Contratada, nos termos do item 6.1. desta cláusula.
- 6.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante

- 7.1.** Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:
- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - h. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste; e
 - i. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- e. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- g. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- k. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- l. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- m. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos

arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- n. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- p. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- q. Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO;
- r. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP nº 71/2022); e
- s. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante.

8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

8.3.1. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

8.3.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

8.3.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

8.3.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

8.3.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

8.3.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

8.3.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

8.3.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for

necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

8.3.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas e outras questões referentes ao objeto.

Cláusula Nona – Garantia de Execução

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução nos termos e valores estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato Administrativo, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021 e §7º, artigo 1º, da [Lei nº 14.770, de 2023](#).

9.2. A garantia de execução será apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, com o devido comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por:

- a. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b. seguro-garantia;
- c. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.3. O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.4. Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo

o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas

11.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei nº 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

11.2. A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

11.2.1. As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

11.3. A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

11.3.1. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega.

11.3.2. Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

11.3.3. A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.3.3.1. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

11.3.3.2. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

11.5. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

11.6. As sanções aplicadas definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

11.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto da dívida em cartório.

Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- c. Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 - _____, elemento de despesa 0.0.00.00 - _____, da Unidade Orçamentária _____.

13.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos

14.1. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A execução do objeto deverá observar rigorosamente os marcos e prazos estabelecidos no **Cronograma de Execução de Serviços** (item 2.3.7.1 do TR nº 39/2026), compreendendo:

14.2.1. Entrega dos Equipamentos (**Itens 1 e 2**): em até **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

14.2.2. Instalação e Licenciamento (**Itens 3 e 4**): em até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados imediatamente após a entrega física dos equipamentos, período no qual deverá ser realizada a instalação do hardware, implantação da solução e disponibilização das licenças de uso dos softwares;

14.2.3. Mudança de Local dos Servidores (**Item 6**): em até **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, a ser emitida após a implantação da nova solução hiperconvergente.

14.3. Os demais prazos estão consignados no Termo de Referência nº 39/2026.

Cláusula Décima Quinta – Dos Casos Omissos

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Sexta – Alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cláusula Décima Sétima – Publicação

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

Cláusula Décima Oitava – Foro

18.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I

Declaração de Preposto

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:

E-mail:

ANEXO II

Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR

Eu, _____, representante legal da empresa _____, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº ____/____, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 ([CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022](#)). Zelarei pela qualidade da prestação dos meus serviços e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.

Boa Vista, RR ____/____/____.

ANEXO III

Declaração não Emprego de Menor

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o _____, DECLARA:

para fins do disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

ANEXO IV

Declaração de Antinepotismo

Eu, _____ representante legal da empresa _____, DECLARO:

Que não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento neste Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como sócios e empregados que possuam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.

ANEXO V

Termo de Confidencialidade e Sigilo

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, sediado na Praça do Centro Cívico, 296 - Centro - CEP 69 301-380, CNPJ n.º 34.812.669/0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, sediada na Rua/Avenida _____, N.º _____, BAIRRO _____ - _____/_____, CNPJ n.º _____, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO n.º ____/_____, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei n.º 12.527/2011](#) e o [Decreto n.º 7.724/2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, o qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador de íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

1. sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
2. tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
3. sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo,

somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em qualquer hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a relação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como manter a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

1. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
2. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
3. Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
4. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta - DA VIGENCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/21.

Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

1. O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO;
3. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
4. Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
5. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
6. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterização ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
7. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a

mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO;

8. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona - DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da cidade de Boa Vista - RR, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes eletronicamente.

De acordo.

MINUTA DE CONTRATO - SERVIÇO CONTINUADO PR/SG/SGA/SUBCON

Contratação de solução de infraestrutura computacional com armazenamento distribuído por software, incluindo recursos de processamento, memória e virtualização, bem como serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico especializado e garantia de hardware, destinada à modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR) do Tribunal de Justiça de Roraima, visando assegurar maior disponibilidade, continuidade dos serviços e atendimento às demandas institucionais, oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/____, Pregão Eletrônico ____/____, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e _____, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **Hermenegildo Ataíde D'ávila**, união estável, brasileiro, matrícula nº 3012554.

CONTRATADO: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP.: _____-_____, ____/____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável _____, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na contratação de solução de infraestrutura computacional com armazenamento distribuído por software, incluindo recursos de processamento, memória e virtualização, bem como serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico especializado e garantia de hardware, destinada à modernização do Site de Recuperação de Desastres (Site DR) do Tribunal de Justiça de Roraima, visando assegurar maior disponibilidade, continuidade dos serviços e atendimento às demandas institucionais, nas

condições estabelecidas no Termo de Referência nº 39/2026 (_____).

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
5	ITEM 5 - Serviço de manutenção e suporte técnico por cada servidor de Plataforma de Nuvem Privada	Meses	480		
TOTAL GLOBAL ESTIMADO (R\$)					

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência nº 39/2026 (_____);

1.3.2. O Edital de Licitação (_____);

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº 39/2026 (_____);

Cláusula Quarta – Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula Quinta - Preço e Pagamento

5.1. Preço:

5.1.2. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Brasileiro — IPCA.

5.4. Condições de Pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, com os ajustes relativos ao IMR, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar;
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g. Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao serviço contratado;
- h. Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
- i. Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- j. Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
- k. Valor do(s) imposto(s);

- l. Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- m. Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- n. Informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
- o. Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cláusula Sexta - Reajuste

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/05/2026 (_____).

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

6.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, nos termos do item 6.1. desta cláusula.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. Na prorrogação do contrato, não havendo a divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante realizará a devida atualização assim que o(s) índice(s) estiver(em) disponível(is), por

meio da formalização de Termo de Apostilamento

6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante

7.1. Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- l. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m. Monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço prestado durante a execução do contrato, por meio do Instrumento de Medição dos Resultados - IMR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- n. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- e. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- i. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- k. Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
 - l. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- m. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- n. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

- o. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- p. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- q. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- r. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- s. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- t. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- u. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- v. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- w. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- x. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- y. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- z. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- aa. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- ab. Executar o serviço contratado, satisfatoriamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos pelo Instrumento de Medição dos Resultados - IMR.
- ac. Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO.
- ad. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP nº 71/2022).
- ae. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante durante a execução dos Serviços.

8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

8.3.1. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

8.3.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

8.3.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

8.3.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

8.3.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

8.3.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

8.3.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

8.3.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

8.3.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

Cláusula Nona – Garantia de Execução

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução nos termos e valores estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato Administrativo, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021 e §7º, artigo 1º, da [Lei nº 14.770, de 2023](#).

9.2. A garantia de execução será apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, com o devido comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por:

1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central

do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

2. seguro-garantia;
3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.3. O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.4. Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas

11.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei nº 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

11.2. A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

11.2.1. As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

11.3. A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

11.3.1. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

11.3.2. Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

11.3.3. A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11.3.3.1. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

11.3.3.2. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

11.5. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

11.6. As sanções aplicadas definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

11.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00.000.00.0000.0000 - _____, elemento de despesa 0.0.00.00 - _____, da Unidade Orçamentária _____.

13.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos

14.1. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Os prazos de início e a execução diária dos serviços continuados de manutenção e suporte técnico (Item 5) observarão rigorosamente os seguintes critérios estabelecidos no item 2.3.7 e seguintes do Termo de Referência nº 39/2026:

14.2.1. Gatilho de Início: A prestação dos serviços e a contagem do suporte técnico especializado terão início imediatamente após a emissão do **Recebimento Definitivo** da solução de infraestrutura computacional implantada por escopo;

14.2.2. Severidade 1 (Crítica - Interrupção Total): O prazo máximo para a solução definitiva do chamado será de até **02 (dois) dias úteis**, contados a partir do acionamento pelo Tribunal;

14.2.3. Severidade 2 (Alta - Perda Parcial de Funcionalidade): O prazo máximo para a solução definitiva do chamado será de até **03 (três) dias úteis**, contados do acionamento;

14.2.4. Severidade 3 (Média - Instabilidade/Melhorias): O prazo máximo para a solução definitiva do chamado será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do acionamento;

14.2.5. Severidade 4 (Baixa - Dúvidas/Esclarecimentos): O prazo máximo para resposta ou atendimento será de até **10 (dez) dias úteis**, contados do acionamento.

14.3. Os demais prazos estão consignados no Termo de Referência nº 39/2026.

Cláusula Décima Quinta – Dos Casos Omissos

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Sexta – Alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cláusula Décima Sétima – Publicação

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

Cláusula Décima Oitava – Foro

18.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I

Declaração de Preposto

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:

E-mail:

ANEXO II

Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR

Eu, _____, representante legal da empresa _____, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº ____/____, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 ([CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022](#)). Zelarei pela qualidade da prestação dos meus serviços e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.

Boa Vista, RR ____/____/____.

ANEXO III

Declaração não Emprego de Menor

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o _____, DECLARA:

para fins do disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

ANEXO IV

Declaração de Antinepotismo

Eu, _____ representante legal da empresa _____, DECLARO:

Que não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento neste Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como sócios e empregados que possuam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.

ANEXO V

Termo de Confidencialidade e Sigilo

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, sediado na Praça do Centro Cívico, 296 - Centro - CEP 69 301-380, CNPJ n.º 34.812.669/0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, sediada na Rua/Avenida _____, N.º _____, BAIRRO _____ - _____/_____, CNPJ n.º _____, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO n.º ____/_____, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei n.º 12.527/2011](#) e o [Decreto n.º 7.724/2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, o qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador de íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

1. sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
2. tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
3. sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em qualquer hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a

existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a relação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como manter a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

1. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
2. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
3. Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
4. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/21.

Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

1. O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO;
3. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
4. Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
5. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
6. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterização ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
7. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO;
8. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona - DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da cidade de Boa Vista - RR, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes eletronicamente.

De acordo.



Documento assinado eletronicamente por **ELANO LOUREIRO SANTOS, Subsecretário(a)**, em 08/06/2026, às 08:56, conforme art. 1º, III, *b*, da Lei Federal 11.419, de 19 dezembro de 2006. Portaria TJRR/PR n. 1650, de 30 de junho de 2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2797882** e o código CRC **2D33775E**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA - SUBSECRETARIA DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CREDENCIAMENTOS. Palácio da Justiça.

Praça do Centro Cívico, n.º 296 - Bairro Centro - CEP 69301-380 - Boa Vista - RR. Telefone: , email: - <http://www.tjrr.jus.br>.